**DE REPENTE, ESCOLA EM CASA**

**Análise da recepção digital ao aplicativo SME Carioca 2020.**

**Mônica Machado\***

**Rondon Marques Rosa\*\***

**Juliana Bach Viana\*\*\***

**Débora de Castro Moreira Mesquita\*\*\*\***

**Resumo:**

O artigo visa analisar as experiências de mediação digital na vivência escolar no Rio de Janeiro na Pandemia do Covid 19. O estudo objetiva investigar as reações do púbico da comunidade escolar ao lançamento do aplicativo SME Carioca 2020 da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Partindo do campo teórico da antropologia digital, investimos na escuta de comentários na página do Facebook da SME, mapeando divergências e potências das reações dos usuários a esse dispositivo educacional. Para tal, foi construído um sistema de categorização dos comentários, sob a luz da análise de conteúdo de Bardin (2016) e os resultados nos dão pistas para refletir sobre quatro eixos: questões socioeconômicas, aspectos da literacia digital, o lugar da mediação e a performatividade.

**Palavras-chave:**

Antropologia digital, educação domiciliar, SME Carioca, TICs, mediação escolar

1. **Introdução**

O surgimento de uma nova cepa do coronavírus estabeleceu outros patamares para as relações sociais em todo o mundo. Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde definiu a transmissão da doença Covid-19 como uma pandemia, pelo grau de contaminação e letalidade. Tal situação ocasionou decisões políticas de diversas frentes em cada país, entretanto, na maioria deles, o campo da educação teve um posicionamento semelhante, tendo as atividades presenciais suspensas para evitar a propagação do vírus que encontraria na concentração de pessoas em salas de aula um ambiente propício. Em pouco tempo, escolas da Educação Básica, bem como as instituições de Ensino Superior, passaram a lidar com uma nova realidade na qual a ampla intermediação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem colocava-se como a única possibilidade de manutenção do vínculo escolar.

Foi nesse contexto que a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro passou a disponibilizar o aplicativo intitulado SME Carioca 2020, com conteúdo pedagógico para ser acessado digitalmente e aplicado para os estudantes no ambiente domiciliar. Além das perspectivas da mediação tecnológica nas práticas realizadas nas escolas públicas e privadas, o envolvimento dos entes familiares no processo de orientação dos estudantes é pauta conhecida nos debates desse campo. Entre as manifestações mais contundentes dessa linha de pensamento, podemos apontar a apresentação do Projeto de Lei nº 2401/2019, que regulamenta o direito à educação domiciliar.

Propomos verificar a receptividade da plataforma digital disponibilizada pela gestão municipal do Rio de Janeiro, comparando-a com o projeto de lei que possibilitaria a educação domiciliar. Para isso, analisamos os comentários feitos na postagem do perfil da Secretaria Municipal da Educação, no Facebook, no dia 23 de março de 2020[[1]](#footnote-1). Essa foi a segunda publicação, no período da quarentena, indicando o aplicativo SME Carioca 2020 como alternativa para a complementação das atividades escolares. Também faremos um cruzamento dos princípios do projeto de lei da educação doméstica com os posicionamentos verificados na rede social. A percepção da receptividade e divergências nos dão condição ainda para um exercício reflexivo sobre as possibilidades futuras de maior intermediação dos recursos digitais nas atividades regulares da estrutura educacional.

A análise aqui proposta tem pontos de contato com a base conceitual da antropologia digital de tradição inglesa (MILLER et al, 2016a; HORST, MILLER; 2012; MACHADO, 2017). Uma das principais contribuições dessa tradição para o esse estudo é a avaliação de que há correlações entre os mundos digitais e os mundos presenciais na construção das experiências cotidianas. Nesse sentido foi possível identificar que os repertórios da vida educacional presencial com suas próprias contradições são reelaborados nos debates que emergem nas plataformas digitais. No livro *How the World Changed Social Media*, Daniel Miller (et al, 2016a) considera a educação como um campo potente para os estudos das mediações tecnológicas pois não só o processo de ensino-aprendizagem contemporaneamente tem atravessamentos com a cultura digital como as juventudes têm forte participação nas redes sociais em diversos países do planeta e são criativos e potentes nas vivências de literacias. Em outra tradição dos estudos dos mundos digitais, José van Dijck (2013), em *The Culture of Connectivity*, faz uma descrição de como tem se estruturado as plataformas digitais de interação analisando, inclusive, as lógicas de funcionamento do Facebook, do Twitter, Flickr, You Tube e Wikipedia.

         Os procedimentos metodológicos também seguem como referência que a análise das interações nas mídias sociais sofre influência da cultura na qual está inserida. Dentro de tal perspectiva, a metodologia de análise de conteúdo, conforme proposta de Bardin (2016), foi escolhida no sentido de construir condições metodológicas que permitam inferir sobre uma outra realidade que não necessariamente estará escrita no texto. A coleta de dados se deu por meio da “raspagem” de dados a partir da publicação original da SME, produzindo um material com as diversas formas de interação possibilitadas pela plataforma em questão.

    O trabalho aborda o uso do aplicativo SME Carioca 2020 como aliado no processo de aprendizagem e o aparente desaparecimento do papel social do professor como mediador educacional. Segundo Paulo Freire (1979), os processos de ensino e o de aprendizagem são enriquecidos a partir da relação professor/aluno, que é o vínculo condutor do sistema educacional e de suma importância para o êxito. Para o pleno funcionamento desse sistema é necessário que haja planejamentos e metodologias adequadas, além de estímulo.

1. **Os conceitos e o cenário**

         Neste artigo investimos em uma análise dos comentários postados na publicação a respeito da disponibilização do aplicativo SME Carioca 2020 pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, usando as percepções para avaliar o Projeto de Lei nº 2401/2019 que estabelece os parâmetros para a educação domiciliar. A página do Facebook da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro foi criada em 12 de novembro de 2018, conta com 135.331 curtidas e 147.951 seguidores[[2]](#footnote-2). Com um fluxo de postagem intenso, mas não regular, a página funciona como espaço de divulgação cultural e informativa sobre temas pertinentes à educação. Temas esses como distribuição de cestas básicas, palestras, vídeos de alunos, clippings, e, em decorrência da pandemia, questões como informações sobre o aplicativo, as atualizações do governo sobre a pandemia e o retorno as aulas estão sendo observados com alguma frequência nas postagens. Com um discurso intimista, mas formal, a Secretaria aparentemente busca alguma aproximação com o público em suas postagens, mas raras vezes responde aos comentários dos usuários.

Se é possível a compreensão de que a vida cotidiana acontece on-line e off-line, sem que um espaço seja mais privilegiado do que o outro, como propõe a teoria da antropologia digital, há que se considerar as especificidades de cada campo. No ambiente educacional, as ferramentas tecnológicas ainda enfrentam resistências para sua integração aos processos de ensino e aprendizagem. Entendemos que

são essas relações sociais mais amplas entre os próprios alunos, entre os professores e alunos, e entre os professores e pais que provaram ser centrais para entender por que, em alguns casos, as mídias sociais são consideradas para atenuar certas inadequações na oferta de educação formal, oferecendo uma rota informal alternativa para o conhecimento, enquanto em outras é vista como uma distração da aprendizagem, ou mesmo uma causa direta de interação negativa entre os alunos da escola[[3]](#footnote-3) (MILLER, 2016a, p. 84)

É nesse desvão da aproximação de uma ferramenta tecnológica com o processo educativo que este trabalho busca identificar a recepção e problemáticas envolvendo os entes regulares da comunidade escolar: os profissionais da educação, as famílias e os discentes. Com a pandemia, o aplicativo SME Carioca 2020 assume o papel de suporte, intermediando a condução do conhecimento em uma posição que seria originalmente ocupado pelos docentes. O desenvolvimento intelectual é enriquecido na relação entre o professor e o estudante, sendo que "nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo" (FREIRE, 1996, p.23). O êxito desse processo de desenvolvimento demanda planejamento e o uso de métodos alinhados com o perfil e condições sociais da localidade na qual a escola está integrada.

Os processos de aprendizagem e ensino, ainda segundo Paulo Freire (1996), funcionam em uma espécie de retroalimentação sempre se considerando o seu contexto. A formação do aluno deve contar com práticas que o autor vai chamar de educativo-críticas ou progressistas. O processo de ensino não se configura como transferência de conhecimento e sim como produção de saberes relacionais, trocas e vivências coletivas. Por isso, "não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro" (FREIRE, 1996, p. 25).

Segundo os dados do censo escolar de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) existem no Município do Rio de Janeiro 5.581 escolas públicas e privadas[[4]](#footnote-4). No site da Secretaria Municipal de Educação há a informação de que estão em funcionamento 1.542 unidades de escolas públicas, segundo levantamento de abril de 2020[[5]](#footnote-5). Com a pandemia, 641.564 alunos da rede municipal deixaram de ter aulas presenciais e passaram a ter como alternativa para dar continuidade ao processo de aprendizado o aplicativo SME Carioca 2020. O recurso digital tenta substituir o trabalho desenvolvido por 39.815 professores, que estão buscando alternativa de manutenção de suas atividades a partir de suas próprias residências, até segunda ordem.

O aplicativo lançado em 19 de março de 2020, reúne atividades pedagógicas para alunos da pré-escola ao ensino de jovens e adultos. Com uma interface simplificada é possível acessar o material didático via celular ou computador, contudo, é necessário que o usuário tenha a conexão com a internet disponível. O material fornecido é composto por apostilas de exercícios que são atualizadas semanalmente com a proposição de jogos e atividades lúdicas, links de vídeos, livros paradidáticos digitalizados, entre outros recursos, porém não há espaços para interações on-line dentro do app. A ferramenta é entendida como uma facilitadora do processo de educação uma vez que mantém o contato entre o aluno e a escola, mesmo em contexto de isolamento social. Nos três primeiros dias o aplicativo somou mais de 210 mil acessos[[6]](#footnote-6). A comunicação e apresentação do dispositivo é assinada pela Secretária Municipal de Educação do Município do Rio de Janeiro, Talma Romero Suane, e direciona-se aos pais, mães e responsáveis atribuindo a eles o encargo de seguir com o processo de aprendizagem[[7]](#footnote-7).

Essa possibilidade oficial dos pais e/ou responsáveis assumirem o protagonismo do processo de ensino é a proposição do Projeto de Lei nº 2401/2019, que foi apresentado ao Congresso Nacional pela ministra de Estado da mulher, da família e dos direitos humanos, Damares Regina Alves; e pelo então ministro da educação, Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, um ano antes da pandemia, em abril de 2019. A proposta regulamenta os princípios para que seja garantido o direito à educação domiciliar, para isso propõe alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente[[8]](#footnote-8) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional[[9]](#footnote-9), proposição apresentada aponta que a gestão pública permanece com co-partícipe no processo educacional, com isso, o que se pretende é apenas “assegurar condições, do ponto de vista jurídico, para que famílias praticantes da educação domiciliar em situação informal possam contar com o apoio solidário do Estado em sua missão de educar seus filhos”[[10]](#footnote-10). A proposição do Projeto de Lei nº 2401/2019 ainda está sujeita à apreciação do Plenário e está sob regime de tramitação classificado como prioridade[[11]](#footnote-11).

O posicionamento expressado pelos internautas sobre o lançamento do aplicativo nos permite vislumbrar as problemáticas envolvidas no processo educativo mediado pela tecnologia. A necessidade de se estudar a inter-relação dos meios digitais com a educação é ressaltada no livro *How the World Changed Social Media*, (MILLER et al, 2016a). Tal destaque, deve-se ao grande interesse dos jovens por essas formas de interação e à busca de vislumbrar os possíveis impactos que essa relação pode causar futuramente. Nesse ínterim existem os que defendem os usos dos dispositivos eletrônicos maciçamente no ambiente escolar e os que rejeitam veementemente tal aproximação. Uma das razões naturais de aproximação dos processos pedagógicos com a educação dos jovens é a interação das plataformas digitais que fazem parte intensamente na vida deles, sendo que as mídias acabam por romper os posicionamentos polarizados e se integrando de alguma forma no processo.

Na efetivação de sua atuação, as mídias sociais causam interferências na relação entre os alunos, na do estudante com o professor e na da escola com a família. Mesmo percebendo especificidades em cada uma dessas relações, é perceptível a indução da maior integração dos meios digitais no ensino. Essas relações também podem revelar um desnivelamento social já que as famílias mais ricas tendem a ter mais conhecimento da comunicação digital. Com esse direcionamento, o posicionamento social tende a se alargar ainda mais com a maior disponibilidade para um grupo e a maior dificuldade para o outro. “Aqui, as novas TICs podem ampliar o abismo entre esses novos cosmopolitas em relação às famílias mais pobres e menos instruídas, que acabam enfrentando mais uma barreira à inclusão social”[[12]](#footnote-12) (MILLER, 2016a, p. 72). Nas pesquisas, a realidade brasileira é equiparada com a da China e do sul da Índia, tendo um alto índice de desigualdade. Percebe-se que nas escolas existe uma grande frustração na educação formal e, por consequência, na qualificação para o trabalho e outras áreas. Nesse cenário os jovens reagiriam com usos alternativos das mídias na busca de suplementação da formação e no estabelecimento de conexões pessoais.

Na mesma linha, José van Dijck (2013), em The Culture of Connectivity, faz uma descrição de como tem se estruturado as plataformas digitais de interação analisando, inclusive, as lógicas de funcionamento do Facebook, do Twitter, Flickr, You Tube e Wikipedia. A categorização plena dessas plataformas seria inalcançável, pelas constantes alterações decorrentes das mudanças sociais, mesmo assim é possível promover distinções a partir dos objetivos aos quais elas se destinam. Podemos, por exemplo, identificar por intermédio dos modelos de produção, as formas de socialização, as iniciativas criativas, os padrões de consumo, os vieses de entretenimento e muitas outras vertentes de conduta. Plataformas como Google e Facebook são bons exemplos de espaços de sociabilidade no ambiente digital, possuindo o domínio de um grande nicho do mercado e se comportando como porta de entrada para o acesso à outras redes que querem se estabelecer no mesmo ambiente. A composição desse campo é mutifacetada sendo atingida e interferindo por diversos caminhos e elementos. De toda forma, elas são sempre atravessadas por questões recorrentes, já que “o ecossistema on-line está inserido em um contexto sociocultural e político-econômico maior, onde é inevitavelmente moldado por circunstâncias históricas”[[13]](#footnote-13) (VAN DIJCK, 2013, p. 09).

**3. Os comentários e os posicionamentos sociais**

Para que seja feita uma análise dos posicionamentos dos internautas é necessário averiguar a contextualização do cenário no qual ela se procede, ou seja, as manifestações nas mídias culturais são reveladoras da cultura daquela localidade. Assim, há de se levar em consideração o público ao qual a publicação analisada se destina e como questões que vão além do tema “educação” perpassam as interações observadas. Para a averiguação do material, inclusive sua relação com sentidos fora do texto, escolhemos o processo de análise de conteúdo proposto por Bardin (2016). Foi realizada uma “raspagem” de dados para análise da publicação e dos comentários inseridos na segunda postagem de divulgação do SME Carioca 2020, no Facebook.

A opção pela metodologia de abordagem temática, dentro dos princípios da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), pareceu adequada ao propósito estabelecido pois permite uma leitura que não se limita ao conteúdo, mas que procura pelo sentido que figura em segundo plano. Para que seja possível a inferência sobre os outros “significados” que emergem das comunicações analisadas e que se relacionam com questões de natureza psicológica, sociológica, política, histórica etc, a metodologia da análise de conteúdo propõe uma perspectiva que, apesar de caucionada em um esforço de interpretação subjetivo por parte do analista, exige também um certo rigor objetivo.

A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações, não é, ou não é unicamente, uma leitura “à letra”, mas antes o realçar de um sentido que figura em segundo plano. Não se trata de atravessar significantes, para atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir através de significantes, ou de significados (manipulados), outros “significados” de natureza psicológica, sociológica, política, histórica etc. (BARDIN, 2016, p.47).

A partir de uma descrição sistemática e quantitativa do conteúdo a ser estudado, o pesquisador pode, então, chegar ao que é considerado o procedimento chave da análise: a inferência. Nesta operação, a leitura atenta e pormenorizada pode confirmar ou infirmar percepções que se relacionam com contextos mais amplos, mesmo que não explícitos textualmente. Dessa forma, a análise de conteúdo se apresenta como uma metodologia interessada na produção de conhecimentos relativos às condições de produção dos discursos, através da interpretação dos mesmos, buscando levantar indícios que ajudem a entender o que leva à produção de tais enunciados e quais os possíveis efeitos que serão provocados.

Nessa perspectiva, os comentários deixados pelos leitores na página da SME a respeito da publicação anunciando o novo aplicativo constituíram o ponto de partida da presente análise[[14]](#footnote-14). A partir da descrição de cada uma das mensagens, foram observadas as temáticas mais recorrentes, considerando cada comentário como uma unidade de codificação[[15]](#footnote-15) (BARDIN, 2016). Após empreender tal levantamento, foi possível estabelecer um quadro em que tais unidades foram reagrupadas em categorias, de acordo com os aspectos observados em cada mensagem, o que permitiu a melhor visualização da frequência temática: dos comentários analisados, 76 diziam respeito a questões ligadas a uma necessidade de orientação por parte de um mediador, 54 tratavam de assuntos relacionados a questões socioeconômicas mais amplas, 30 se referiam a problemas relativos ao domínio do uso da ferramenta e recursos digitais e 17 evidenciavam algum nível de performatividade por parte do autor.

A postagem teve mil e trezentas manifestações, sendo mil e duzentas curtidas simples, 31 com o símbolo de “amei”, quatro com a manifestação de raiva e uma de gargalhada, a publicação também conta com 996 compartilhamentos e 348 comentários, os quais são o foco de nossa averiguação[[16]](#footnote-16). Buscamos identificar nesses posicionamentos a receptividade das pessoas a respeito do uso dos dispositivos tecnológicos para a ação educativa e a segmentação dos envolvidos. Dos comentários gerais que a publicação apresentou, 209 foram postados na página da Secretaria Municipal de Educação e os outros 138 foram escritos como respostas em alguns dos 996 compartilhamentos. Após a análise minuciosa de todos os comentários, foram selecionados para avaliação 177, todos publicados na página da SME. Os demais comentários na página e nos compartilhamentos consistiam em marcações de terceiros, emojis, risadas, respostas avulsas que não tinham relação com o aplicativo ou com a Secretaria (como por exemplo pedidos de amizade ou perguntas direcionadas a alguma escola específica) e promoção de serviços, por isso, não se encaixaram em nenhuma das quatro categorias levantadas. Também foi considerada para análise, além das quatro categorias mencionadas, a porcentagem de comentários por tipo de perfil (masculino, feminino ou institucional).

**3.1.**            **Apresentando os dados e analisando o conteúdo**

         Sendo a análise de conteúdo uma metodologia interessada no que há de latente em um texto, mesmo que não-aparente, convém ao investigador um certo grau de conhecimento sobre o contexto no qual a comunicação analisada está inserida. A publicação em questão foi a terceira após a suspensão das aulas presenciais por conta da pandemia em que existia algum tipo de direcionamento sobre a forma como as atividades pedagógicas seriam mantidas mesmo remotamente. Em uma primeira comunicação, a Secretaria Municipal informava que seriam enviadas atividades para serem feitas em casa via Whatsapp. Na segunda, no dia 19 de março, pela primeira vez foi apresentado o aplicativo SME carioca. Apresentando o recurso como um material de complementação escolar, o texto da postagem era uma mensagem na voz da secretária Talma Romero convocando os pais e responsáveis a participar do processo de continuação dos estudos. No dia 23 de março foi realizada, então, a publicação que analisamos neste artigo. A postagem se constitui de uma imagem com a palavra “atenção” em destaque. Em seguida, o texto enfatiza que a plataforma pode ser usada de diferentes formas, sugere que as atividades sejam lidas em algum dispositivo e que as respostas sejam escritas no caderno, ou que os exercícios sejam realizados oralmente. Como se trata de uma imagem, o link do aplicativo não funciona, para acessá-lo é necessário que a pessoa o copie manualmente na barra de endereço do navegador. Como legenda, foi publicada apenas uma frase: “NÃO há necessidade de impressão!!!!” e a hashtag [#somosasmecarioca](https://www.facebook.com/hashtag/somosasmecarioca?__eep__=6&__tn__=*NK*F)

Para uma visão mais ampla do contexto, também importam as condições nas quais se deu a interrupção das aulas presenciais no Rio de Janeiro. O decreto estabelecendo a suspensão das atividades foi assinado no dia 13 de março de 2020, sexta-feira. Em princípio as escolas ficariam fechadas durante o período de 16 a 20 de março, mantendo apenas os refeitórios em funcionamento. O prazo foi revisto e a suspensão das atividades se estendeu. Na data da publicação, havia uma sensação de incerteza quanto aos desdobramentos da pandemia. O Rio de Janeiro vivia a expansão exponencial dos casos de Covid-19 e não era possível, naquele momento, estabelecer datas prováveis de retorno.

A análise do conteúdo dos comentários não pode ser realizada sem levar em conta também o perfil do público das unidades municipais de educação do Rio de Janeiro. Responsável pela oferta de ensino gratuito, a rede municipal atende prioritariamente a uma parcela desfavorecida economicamente, muitas vezes em condições de vulnerabilidade social. As unidades escolares públicas do município acabaram por assumir um papel de intermediárias no acesso a programas de assistência básica, como o Bolsa Família ou Cartão-Alimentação. Também destaca-se a importância da oferta da merenda escolar, que em casos mais extremos representa a garantia de pelo menos uma refeição completa diária. Outro ponto considerado importante para o entendimento do contexto da análise dos 177 comentários foi a predominância de interações de perfis declarados do gênero feminino na publicação, atingindo um total de 94,3%, contra 4,5% masculinos e 1,1% de perfis institucionais. O fato da maior parte dos comentários ter sido produzida por mulheres foi entendido como um indicativo de que na falta de uma mediação do professor, a responsabilidade de dar continuidade ao processo de aprendizagem recai sobre elas, principalmente. Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, existem no Rio de Janeiro 340.947 famílias conviventes residentes em domicílios particulares, destas 186.913 são constituídas por mulher sem cônjuges com filhos, ou seja, mais da metade das famílias do Rio de Janeiro possuem este perfil. Casais com filhos correspondem a apenas 22% do total[[17]](#footnote-17). É possível identificar que a preocupação com a realização das atividades passa a ser assunto de supervisão e atribuição delas, talvez como indicativo do perfil da família representada. Outro ponto levantado após a análise foi a falta de instrução e explicação de como utilizar o material ou de esclarecimentos sobre questões como a distribuição de cestas básicas por parte da Secretaria, uma vez que de 348 comentários apenas 1 foi publicado como resposta por parte da SME. Neste único comentário, a Secretaria comunica que irá disponibilizar mais materiais no decorrer da semana e agradece a interação do perfil.

Para realizar a análise os comentários foram transcritos e organizados por eixos temáticos derivando em categorias de análise. Os comentários que configuravam respostas a mensagens anteriores foram entendidos como parte integrante de uma conversa em que, muitas vezes, o sentido só podia ser alcançado ao se levar em consideração as informações já mencionadas nos comentários anteriores dentro daquele microcosmo. Foi realizada uma primeira leitura flutuante em que foram coletados os principais eixos temáticos que permeavam os textos. Assuntos como distribuição de cestas básicas, dúvidas ou considerações sobre a impressão do material, sugestões ou críticas sobre a forma de encaminhamento encontrada pela SME para dar continuidade às atividades escolares durante a pandemia foram alguns dos temas que mais apareceram. Em uma segunda leitura, procurou-se evidenciar quais os tipos de argumentos e modelos de referência que sustentavam as posições expostas, atentando para a frequência de ocorrências e procedendo ao desmembramento temático que levou à construção das categorias apresentadas (BARDIN, 2016). Os comentários que expunham ou justificavam condutas a partir de argumentos como dificuldades financeiras, necessidade de auxílio governamental, dificuldade de acesso a dispositivos ou internet e desigualdade social foram agrupados na categoria "questões socioeconômicas". Os que transpareciam dúvidas (ou as respondiam) sobre modos corretos da utilização do aplicativo ou sobre como seria a melhor forma de substituir o professor na tarefa de orientador educacional foram categorizados como referentes ao "papel digital da mediação". Já os que apontavam dificuldades no acesso e no uso do aplicativo formaram a categoria "entraves da literacia digital". Por último, os que revelavam uma construção de uma imagem de si ligada à proficiência na condução da vida escolar do aluno mesmo sem contar com suporte escolar foram elencados sob o título de "performatividade no processo educativo".

**3.2.**            **Atravessamentos das questões socioeconômicas**

         A análise dos dados coletados tendo como pano de fundo o contexto apresentado permitiu que algumas temáticas que atravessam os comentários dos leitores da publicação fossem avaliadas sob uma perspectiva divergente da que, em um primeiro momento, pareciam estar localizadas. Muitas mensagens indicavam desvio do assunto para outro foco que não seria objetivo da publicação: a oferta de cestas básicas ou o cadastramento de famílias para o recebimento de auxílios governamentais, por exemplo. Em um primeiro olhar, não existe uma relação direta com a educação. No entanto, sabendo do papel desempenhado pelas escolas como intermediárias nesses processos, faz sentido que aquele seja entendido como um espaço apropriado para tal questionamento. Assim, foram entendidas como questões socioeconômicas o aparente desvio da temática da postagem para assuntos de cunho assistencial, o que corrobora o entendimento de que entre o serviço oferecido presencialmente pelas escolas e a sua versão tecnológica existe uma grande lacuna que tem como pano de fundo as condições socioeconômicas específicas nas quais estão inseridas. Foram encaixados nesta categoria 54 comentários, o que corresponde a 30,5% do total de interações analisadas.

Outro argumento que reitera a existência de uma interação que extrapola o espaço educacional dos comentários e evidencia a questão socioeconômica é a recorrente fala sobre a impossibilidade financeira de arcar com a impressão do material disponibilizado, mesmo sendo enfatizado na postagem que tal ação não seria necessária. Percebe-se que, no uso prático do aplicativo junto aos estudantes a solução sugerida pela Secretaria de escrever as respostas no caderno ou apenas oralmente não funcionou para muitas famílias. Principalmente quando se trata de crianças nos primeiros segmentos do ensino fundamental, o dispositivo eletrônico parece não ser suficiente para substituir o papel e o lápis, o que talvez aponte para um apego a elementos da educação formal como mais próximos do que poderia ser considerado como a continuação das atividades escolares no ambiente familiar.

No entanto, não só a resistência a um modelo digital de aprendizado explica a insistência em imprimir o material. Como fica claro na resposta de uma mãe de estudante: “Mas da msm forma. Eu não tenho computador. Estou desempregada. Só meu esposo Internet só do celular Pq pra baixa tem ter Net ou Wi-Fi” (comentário de uma internauta). Na mensagem da usuária, é possível perceber que a solução sugerida pela SME não se adequa em muitos ambientes familiares por conta de escassez de recursos tecnológicos. São muitos os comentários que atentam para a dificuldade de compartilhamento dos dispositivos eletrônicos em famílias com mais de um filho em idade escolar, ou mesmo pessoas que não têm um acesso ilimitado à internet, o que impossibilita que o estudante passe um tempo mais longo conectado ao aplicativo como indicado na postagem da SME.

No comentário citado e em vários outros, percebemos que a opção pela impressão do material não se trata apenas de uma questão de preferência de suporte, apesar de tais falas terem sido frequentemente percebidas pelos demais leitores como uma desatenção à orientação da SME. Outro problema aparece nesse contexto: o alto custo para a impressão das atividades e a necessidade de quebra do isolamento social para que se possa imprimir, uma vez que muitos sequer possuem computador, menos ainda impressoras. Ainda dentro dessa questão, alguns comentários destacavam que existem atividades impossíveis de serem feitas digitalmente, como sugerido pela SME, a exemplo dos jogos de caça-palavras, ligue-pontos ou desenhos para colorir.

As condições sociais afetam também a forma como as famílias percebem a possibilidade de integração das TICs com as atividades pedagógicas, podendo perceber que

as famílias ricas que têm opiniões positivas sobre o uso das mídias sociais na educação. Mais comumente, as pessoas que valorizam e confiam na educação formal estão preocupadas que as mídias sociais possam prejudicar isso, enquanto aquelas que se sentem decepcionadas com a educação formal esperam que as mídias sociais forneçam uma entrada eficaz na educação informal - e geralmente são famílias de baixa renda.[[18]](#footnote-18) (MILLER, 2016a, p. 75).

Nessa perspectiva, o desnivelamento social suscitado por parte dos comentários está intimamente relacionado com as perspectivas familiares e, por consequência, do estudante. No projeto de lei sobre a educação domiciliar, as questões socioeconômicas não são citadas em nenhum artigo. No entanto, na carta de encaminhamento do projeto, assinada pelos ministros autores, essa questão aparece transversalmente, ao apontar a necessidade de acesso a lugares diferenciados que possam contribuir com a melhor formação dos estudantes.

Na verdade, o processo de formação dos estudantes de famílias que optam por esse tipo de educação costuma ser realizado em locais diversos e inclui com frequência visitas a bibliotecas públicas, a museus, passeios pela cidade e pela região, em áreas urbanas ou rurais (carta dos ministros[[19]](#footnote-19)).

Uma pesquisa realizada no complexo de favelas cariocas compreendendo as comunidades Cantagalo, Pavão, Pavãozinho mostrou que um quarto dos moradores não possuem acesso à internet, sendo que essa exclusão é mais intensa entre as mulheres com idade acima de 30 anos e renda de até um salário mínimo. Da mesma forma, foi verificada uma correlação com o nível de escolaridade, apontando a necessidade de que “políticas de inclusão digital nas comunidades mais pobres devem colocar muita ênfase na capacitação, com especial destaque para o público feminino” (MACHADO, 2017. P. 63). Para que essa faixa mais excluída tenha acesso, é necessário pensar em estratégias específicas de disponibilização dos recursos nas áreas mais isoladas.

**3.3.**            **Entraves da literacia digital**

Um dos maiores desafios percebidos nos discursos foi a falta de intimidade com o meio digital. Os comentários dão indícios de que não houve capacitação para o bom uso do aplicativo SME Carioca e, com isso, a literacia digital se faz necessária. O ambiente digital constitui, portanto, uma barreira na educação uma vez que ele não é compreendido pela maioria e nesse sentido se dá a necessidade do letramento digital. O notório desconhecimento das práticas dentro do meio digital é salientado na fala de uma mãe que indaga: “Gente alguém pode me mandar o link de onde acho essas tarefas pra minha filha fazer? Obrigado” (comentário de uma internauta). Lembrando que a Secretaria disponibiliza e destaca em vermelho o link para acesso na imagem do post, bastando que o usuário copie o link na barra de endereço dentro do navegador da internet. O exemplo citado é apenas um dos 30 comentários dentro desta categoria, representando 16,9% do total.

Os estudos desenvolvidos dão conta mais da importância do aprendizado gerado na interação digital para os estudantes que para os familiares. Os benefícios são gerados por um processo identificado como o “conceito de ‘aprendizado conectado’, que enfatiza a interatividade contínua e o aprendizado ‘ativo’, representa a vanguarda da teoria educacional em geral”[[20]](#footnote-20)  (MILLER, 2016a, p. 75). Mesmo com usos mais espontâneos e efêmeros, uma pesquisa sobre o uso de TICs entre jovens americanos mostra a potência do aprendizado na relação entre eles, o que podemos entender como um processo de educação não formal. A prática deles mostra o que pode ser configurado pelas características de interatividade constante e a predisposição em aprender.

Quando verificamos essa habilitação tecnológica para o desenvolvimento de atividades, o projeto de lei da educação domiciliar não exige conhecimento prévio dos familiares, inclusive a literacia digital. No artigo décimo aponta apenas que “caberá aos pais ou aos responsáveis legais, durante o processo de ensino e de aprendizagem, monitorar de forma permanente o desenvolvimento do estudante, conforme as diretrizes nacionais curriculares."[[21]](#footnote-21) (BRASIL, 2019, p.4). Assim, os familiares ficam imbuídos da tarefa de organizar o processo pedagógico, inclusive com o uso das ferramentas disponíveis, mesmo que não tenham uma preparação específica para esse tipo de mediação.

**3.4.**            **Papel digital da mediação**

O lugar mediação refere-se ao gerenciamento do conhecimento, lugar que assumidamente seria do professor, que é transferido dentro do espaço digital e apresenta-se como necessidade inerente. A docência consiste-se no estabelecimento de um papel colaborativo para a condução do estudante para uma efetiva aprendizagem, visto que “saber ensinar, não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção e construção” (FREIRE, 1996, p.47). O isolamento social estabelecido de forma abrupta não permitiu um planejamento das ações por parte dos entes envolvidos, entre elas o estabelecimento de procedimentos que permitissem uma sistemática de interação entre os estudantes e seus responsáveis, com a equipe da escola.

Nesse novo cenário repentino, prescindir do encontro presencial acaba por suscitar o sentimento de desorientação, como foi percebido na maior parte das falas analisadas. A relação dos pais com o processo educativo foi tema de estudos nos EUA e Europa, em relação ao uso das mídias sociais para a educação. Percebeu-se que as escolhas dos genitores sempre são norteadas por padrões que eles sentem como sendo de sua responsabilidade a partir dos padrões morais da sociedade. Assim, existe uma pressão para que os filhos se portem de uma maneira diferente daquela indicada pelas instituições de ensino no que se refere à utilização das mídias sociais como instrumento pedagógico (MILLER, 2016a). Com isso, essa trilogia de relações, entre os estudantes, deles com os professores e da família com a escola; pode ser intensificada e explicitada quando o ente mediador deixa de ter interferência direta.

Um dos exemplos, percebidos na pesquisa com os comentários feitos na publicação referente ao aplicativo SME Carioca 2020, mostra a interação entre duas mulheres: uma aparentemente mãe de um aluno da rede municipal e a outra auto declarada como professora em seu perfil na mesma rede social. Mostrando um certo grau de dúvida sobre a atitude tomada, a primeira declara "Eu preferi imprimir, sem problema né? (comentário de uma internauta)." O apontamento é respondido com uma orientação que alivia a condição inicial indicada pela postagem da Secretaria Municipal de Educação, ao manifestar "Problema nenhum, flor! Fica até mais fácil pra sua criança realizar as atividades e apresentar na escola quando retornarmos” (comentário de uma internauta). A indicação é que não houve explicação ou preparo para os responsáveis sobre o uso do aplicativo, quanto a navegabilidade e quanto a forma com a qual ele deve ser trabalhado junto aos alunos.

Além da insegurança da mãe, o que revela essa falta de preparação para o processo, podemos avaliar mais dois posicionamentos divergentes da expectativa inicial: a materialização do material e seu uso posterior. A postagem é clara ao afirmar que não há necessidade de impressão do material, o que já foi contradito ao mostrar a impossibilidade de execução de procedimento de forma completamente virtual, quando mostramos a dificuldade da resolução dos desafios nos jogos. A professora contemporiza as regras sugeridas ao dizer que a impressão pode até ser favorável nos procedimentos de estudo dos jovens. Além disso, sugere que as atividades executadas serão necessárias quando as atividades presenciais forem retomadas, o que não foi indicado em nenhum momento. A participação da docente revela um esforço de mediação voluntária para ajudar virtualmente, respondendo às questões e dando suporte. Mesmo sendo possível perceber que os responsáveis pelas interações desconhecem a realidade do estudante, esta ação solidária foi altamente realizada e corresponde a 42,9% dos comentários investigados. No entanto, não temos como afirmar que todos eles foram executados por profissionais da educação, já que o apoio mútuo é uma característica recorrente, principalmente, entre moradores de periferia, o que faz com que “a apropriação e o uso da mídia social entre as pessoas jovens na favela refletem essa cultura de sociabilidade” (MACHADO, 2018, p. 54).

A possibilidade dos pais assumirem a responsabilidade integral do processo educacional em suas próprias residência é o ponto central do projeto de lei da educação domiciliar. Mesmo não apontando a capacitação necessária para que isso ocorra, como já indicado, a proposta coloca a família no lugar da docência sem estabelecer parâmetros de mediação. A relevância é defendida pelos ministros na carta que acompanhou a apresentação do PL nº 2401/2019:

Destacamos que a própria definição da expressão “educação domiciliar”, do ponto de vista jurídico, é uma questão relevante, uma vez que há diversas possibilidades em sua concretização. Em muitos casos, os pais realizam diretamente as atividades educacionais com seus filhos, sem contar com outras pessoas; em outras situações, além dos pais ou responsáveis, também profissionais especializados cooperam em atividades específicas[[22]](#footnote-22) (carta dos ministros).

O apontamento da diversidade de caminhos a serem seguidos é também uma indicação da imprecisão da proposta. Se são muitas as possibilidades, também variáveis são as possibilidades de acertos e erros. Nesse sentido, a condição pedagógica se torna fragilizada ao não respeitar o que é necessário para que ela tenha boa efetividade, sendo que “nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador igualmente sujeito do processo” (FREIRE, 1996, p. 26). Mesmo que a educação domiciliar seja uma realidade em muitos lares, se faz necessário maior dimensionamento dos parâmetros para que ele se estabeleça.

**3.5** **A performatividade no processo educativo**

A última categoria segmentada por fazer referência à performance utiliza-se dos conceitos de Raquel Recuero (2012) para descrever a aparição de uma forma de auto representação competitiva em relação à eficiência e proatividade.  Nessas postagens os internautas apresentam discursos performáticos de representação de si e da construção de uma imagem superiorizada, mesmo que os posicionamentos não mostrem uma compreensão plena da situação. Essa categoria foi criada após a percepção de uma discrepância em relação à maioria dos comentários da publicação: "Boa Tarde!!! Esse livro minha filha ganhou na escola pouco antes de parar. Ela faz todos os dias um pouco de tarefas de cada matéria” (comentário de uma internauta). A fala desta mãe é simbólica para explicitar a necessidade do que parece ser uma autoafirmação, que vai contra aquilo que a maior parte das respostas nos mostra, uma vez que a declaração da dificuldade com a realização das atividades é mais recorrente. Esses comentários apresentam um contraponto curioso e aparecem 17 vezes na análise nos dando a entender que existe um lugar performático exposto mesmo dentro do ambiente digital escolar.

Uma outra postagem é ainda mais explícita no desejo de mostrar o posicionamento e revelação desconhecimento do que fora proposto na publicação sobre o aplicativo.

Tb acho que o assjnto deveria ser misto pq só coronc vírus ninguém aguenta! Vou adaptar pous tenho muitos livros didáticos em casa e já tenho k habito de fazer muitas coisas com os meus filhos! É uma boa oportunidade da verdadeira responsabilidade que temos na educação escokar deles e de fortalecer o vínculo com a criança! (comentário de uma internauta).

Ao questionar o conteúdo como sendo exclusivamente sobre o coronavírus, ela mostra que não chegou a ter contato direto com as atividades do aplicativo. As questões da pandemia são apenas apontadas na introdução e não no conteúdo, de forma geral. Mesmo assim, ela reduz a importância da ferramenta disponibilizada esclarecendo que lançará mão de seu próprio acervo bibliográfico para o ensino dos filhos. O posicionamento público fortalece a necessidade da autoafirmação da internauta. As mídias sociais são apontadas como indutoras de aspectos mais individualistas e até de um maior isolamento na sociedade. Esse posicionamento é rechaçado por Daniel Miller (2016b) ao entender que mesmo sendo moradores de uma grande cidade, as pessoas se compõem como uma espécie de site de redes sociais, o que supera a visão do sujeito fechado. O sentido é inverso, ao perceber que "isso nos torna menos individualistas e menos autônomos” (MILLER, 2016b, P. 04) podemos concluir que o processo ocasionado pelas mídias sociais facilita e induz o relacionamento social. Nos exemplos pontuados vemos pessoas comprometidas com essa exposição pública, o que é reforçado pela necessidade de mostrar uma performance acima da média.

Os indicadores numéricos ou conceituais estão presentes em todo o processo educativo, desde a Educação Básica ao Ensino Superior. Em todo o mundo, a disseminação de políticas neoliberais fortalece esse pensamento na visão de que a mensuração numérica dos resultados é a melhor forma de dimensionamento da qualidade do processo educacional. É exatamente esse direcionamento que é verificado para no projeto de lei da educação domiciliar. Não existe a proposição de um processo de acompanhamento, apenas estabelece uma avaliação anual e a penalização para os que forem reprovados, como aponta o artigo sexto: “O estudante matriculado em educação domiciliar será submetido, para fins de certificação da aprendizagem, a uma avaliação anual sob a gestão do Ministério da Educação[[23]](#footnote-23)” (BRASIL, 2019). Vê-se então a única preocupação com a progressão do aluno, sem um compromisso efetivo com o processo de ensino-aprendizagem de forma mais complexa. Nesse sentido, “a mídia social está sendo cada vez mais usada pelos pais para avaliar sua própria proficiência na educação dos filhos, levando os pais a se sentirem competitivos em relação à comparação entre seus filhos e seus pares” (MILLER, 2016a, p. 83). Esse pensamento é o provocador da competitividade no meio social, na valorização maior dos indicadores de desenvolvimento do conhecimento que, na maioria das vezes, é efetivado pelas dúvidas e não pelas certezas.

**4. Conclusões e projeções**

A análise das postagens em redes sociais nos possibilitou verificar que o reflexo das questões contemporâneas em relações presenciais aparece de forma explícita nos meios digitais. Foi possível detectar quatro grandes frentes de interlocução da Escola com os responsáveis pelos estudantes: questões sociais, literacia, mediação e performatividade. Os fatores socioeconômicos são acentuados nesse meio e vão sendo revelados nas interações e marcando as demais frentes. No caso dos formatos pedagógicos, envolvendo mídias sociais, percebe-se um grande distanciamento da integração esperada. Não foi percebido nem na disponibilização do aplicativo SME Carioca 2020, nem no projeto de educação familiar, uma preocupação com a preparação de todos os entes envolvidos para a adoção de práticas realizadas de forma remota. Da mesma forma, não são percebidos parâmetros para o planejamento de tais ações.

Como dito, os comentários e compartilhamentos foram organizados em quatro categorias: questões socioeconômicas, literacia digital, lugar da mediação e performatividade. No primeiro quesito, foram consideradas as interações que apontavam para outras temáticas, fora do universo educacional, que usam as unidades de educação básica em um papel de intermediárias e orientadoras do exercício cidadão e do acesso a direitos básicos e benefícios. A literacia digital, entendida como o processo de aprendizado da cultura midiática (MACHADO, 2017), aparece como um dos maiores desafios da educação uma vez que nas falas apresentadas há indícios de que não houve qualquer capacitação para que as pessoas conseguissem fazer bom uso do aplicativo SME Carioca 2020. A terceira categoria diz respeito à mediação e faz alusão à figura do professor que, nesta nova realidade, os comentários evidenciam o gerenciamento do conhecimento como uma necessidade inerente. Por fim, sobre a autovalorização, a aparição de um discurso performático de representação de si (RECUERO, 2012) é identificada nos comentários a partir da construção de uma imagem superiorizada no sentido de eficiência e proatividade no uso do aplicativo.

Nessas quatro perspectivas, percebemos que o projeto de nº 2401/2019 não aborda temas que são relevantes para a formatação de um ensino doméstico de forma adequada. As questões socioeconômicas são significativas para o acesso às ferramentas tecnológicas e possibilidades de vivências diferenciadas, primordiais à formação. Nesse processo, os pais e/ou responsáveis assumem o lugar da mediação, sem que exista uma preparação ou habilitação obrigatória para tal. Mesmo com todos os indicativos de problemas, a mensuração de resultados, por intermédio de uma avaliação anual, é colocada como único parâmetro da adequação do processo, atendendo aos propósitos neoliberais de performatividade.

Reforçando os conceitos das teorias sobre os mundos digitais aqui mobilizadas, a projeção de como devem se efetivar as atividades educativas no futuro não se distancia de problemáticas sociais já percebidas em outras frentes. As questões sociais são o fator mais marcante dessa pesquisa por serem relevantes, de alguma forma, em todas as outras categorias que apontamos. Ao mesmo tempo, elas são apenas reflexo das políticas sociais mais amplas, sendo a educação um dos campos em que os efeitos dessas discrepâncias podem ser percebidos em inúmeros países, e, no caso brasileiro, de maneira bastante sensível. Seja pelo momento de crise causada pela pandemia, seja pela projeção dos impactos econômicos ou ainda pela falta de projetos políticos consistentes de minimização desse desnivelamento, a tendência é de que esse cenário seja acirrado.

Acredita-se que a intensificação das diferenças socioeconômicas também deve apresentar reflexos nas demais frentes. A literacia no uso de redes sociais tende a ser absorvida com a massificação do uso, contudo, novos dispositivos e condições de acesso tendem a ser integrados no processo, o que causará uma corrida cada vez mais desigual, com pontos de partida distintos. Com isso, as diferenças de utilização dos dispositivos devem se ampliar largamente. Ao mesmo tempo, a mediação pedagógica tende a ser cada vez mais automatizada na expectativa de que estratégias como o uso de aplicativos e videoaulas apresentem efeitos positivos. Os dados da pesquisa apontam para a fragilização do papel do professor, sendo substituído por estratégias tecnológicas ou ampliando o volume de estudantes atendidos com a ação, o que afeta o processo de construção do conhecimento, como apontamos. Mesmo em um cenário conturbado, as mensurações de resultados serão intensificadas fornecendo mais dados para um processo de estratificação social condicionador de condutas ansiosas por atingir as metas de performatividade.

**Referências**

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2401/2019. Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2198615. . Acesso em 29 jul. 20. Texto Original.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MACHADO, M. **Antropologia digital e culturas juvenis**: os usos de mídias sociais na favela do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho. in: PEREIRA, C, BELEZA, J. A cultura material nas (sub) culturas juvenis: do DIY às trocas digitais, Rio de Janeiro: PUC-Rio, 47-67. 2018

MACHADO, M. **Antropologia digital e experiências virtuais no museu de favela**/Mônica Machado. Curitiba: Appris, 2017

MILLER, Daniel et al. **How the world changed social media***.* London: UCLPress, 2016a.

MILLER, D. **Social Media in an English Village**. London, UCL Press, 2016b.

MILLER, Daniel.; HORST, H. A. **Digital Anthropology**. London: Berg, 2012.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede**: Comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

VAN DIJCK, Jose. **The culture of connectivity**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

1. Página do Facebook Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.facebook.com/smecariocarj/photos/a.2464188456959775/3420128928032385/?type=3&theater Acesso em 05 de junho de 2020 [↑](#footnote-ref-1)
2. Página do Facebook Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.facebook.com/smecariocarj/. Acesso em 05 de junho de 2020 [↑](#footnote-ref-2)
3. “*it is these wider social relations between students themselves, teachers and students, and teachers and parents that have proved central to understanding why social media in some cases is felt to mitigate certain inadequacies in formal education provision, by offering an alternative informal route to knowledge, while in others it is seen as a distraction from learning, or even a direct cause of negative interaction amongst school pupils*“ (tradução nossa). [↑](#footnote-ref-3)
4. Disponível em:https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/pesquisa/13/5908. Acesso em 05 de junho de 2020. [↑](#footnote-ref-4)
5. Disponível em:http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/educacao-em-numeros. Acesso em 05 de junho de 2020. [↑](#footnote-ref-5)
6. Disponível em:https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/23/alunos-da-rede-municipal-do-rio-podem-acessar-conteudo-das-aulas-por-meio-de-aplicativo.ghtml. Acesso em 05 de junho de 2020. [↑](#footnote-ref-6)
7. Carta de apresentação do app SME Carioca 2020 - disponível em:https://galeria.fabricadeaplicativos.com.br/smecarioca2020. Acesso em 27 de maio de 2020 [↑](#footnote-ref-7)
8. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – disponível emhttps://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html - Acesso em 27 de maio de 2020. [↑](#footnote-ref-8)
9. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – disponível emhttp://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l9394.htm - Acesso em 27 de março de 2020. [↑](#footnote-ref-9)
10. Projeto de lei que dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliarhttps://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\_mostrarintegra?codteor=1734553&filename=Tramitacao-PL+2401/2019 [↑](#footnote-ref-10)
11. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2198615.

    Acesso em 26 de maio de 2020. [↑](#footnote-ref-11)
12. “*Here new ICTs may widen the gulf between these new cosmopolitans and poorer, less well educated families, who end up facing yet another barrier to social inclusion*” (tradução nossa). [↑](#footnote-ref-12)
13. “*the online ecosystem is embedded in a larger sociocultural and political-economic context where it is inevitably molded by historical circumstances*” (tradução nossa). [↑](#footnote-ref-13)
14. Como se trata de um material aberto ao público, a “raspagem” dos dados não foi condicionada a uma autorização prévia por parte do Conselho de Ética, uma vez que não houve interação com humanos e nem exposição de imagem ou dados que pudessem identificar o autor da mensagem. [↑](#footnote-ref-14)
15. Bardin propõe que cada frase seja considerada como uma unidade de codificação em análises temáticas. [↑](#footnote-ref-15)
16. Página do Facebook Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.facebook.com/smecariocarj/photos/a.2464188456959775/3420128928032385/?type=3&theater Acesso em 05 de junho de 2020. [↑](#footnote-ref-16)
17. Disponível em:https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/pesquisa/23/24161. Acesso em 12 de maio de 2020 [↑](#footnote-ref-17)
18. “*Wealthy families who have positive views on the use of social media for education. More commonly people who value and trust formal education are worried that social media might detract from this, while those who feel let down by formal education hope that social media will provide an effective entrée into informal education – and these are generally low income families.*” (Tradução nossa) [↑](#footnote-ref-18)
19. BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei N.º 2.401/2019. Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\_mostrarintegra;jsessionid=C5F58BD34BAD023F686924361C638DD3.proposicoesWebExterno2?codteor=1739762&filename=Avulso+-PL+2401/2019. Acesso em 12 de maio de 2020 [↑](#footnote-ref-19)
20. “*The concept of ‘connected learning’, which stresses continued interactivity and ‘active’ learning, represents the vanguard of educational theory more generally*.” (Tradução nossa) [↑](#footnote-ref-20)
21. BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei N.º 2.401/2019. Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\_mostrarintegra;jsessionid=C5F58BD34BAD023F686924361C638DD3.proposicoesWebExterno2?codteor=1739762&filename=Avulso+-PL+2401/2019. Acesso em 12 de maio de 2020 [↑](#footnote-ref-21)
22. BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei N.º 2.401/2019. Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\_mostrarintegra;jsessionid=C5F58BD34BAD023F686924361C638DD3.proposicoesWebExterno2?codteor=1739762&filename=Avulso+-PL+2401/2019. Acesso em 12 de maio de 2020 [↑](#footnote-ref-22)
23. BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei N.º 2.401/2019. Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\_mostrarintegra;jsessionid=C5F58BD34BAD023F686924361C638DD3.proposicoesWebExterno2?codteor=1739762&filename=Avulso+-PL+2401/2019. Acesso em 16 de junho de 2020. [↑](#footnote-ref-23)